

A ATIVIDADE CANAVIEIRA NA PEQUENA PROPRIEDADE DO POVOADO BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE CAPELA/SE

ACTIVITY CANAVIEIRA IN THE SMALL ONE PROPERTY OF THE BOA VISTA TOWN IN CAPELA/SE CITY

Antônio Eduardo Prado Ribeiro Júnior

Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFSE
Geógrafo Licenciado pela Universidade Tiradentes – UNIT
antonio_pradojr@yahoo.com.br

Resumo: A pequena propriedade agrícola está sofrendo várias alterações que fazem com que o camponês busque novas alternativas de sobrevivência. Uma delas é a substituição dos cultivos de subsistências pela atividade canavieira. A situação está ocorrendo nos últimos anos no povoado Boa Vista, no município de Capela-SE. Esta substituição é relativa, pois os pequenos agricultores não conseguiriam sobreviver apenas com a cana, mesmo que seja a opção encontrada. No processo de cultivo de cana, o pequeno agricultor se vê quase que obrigado a obter empréstimos em bancos para que possa cultivá-la. A cana por si só não gera capital, pois deve ser processada, ou seja, beneficiada pela indústria. Muitas vezes, o usineiro não dispõe de quantidade suficiente de cana para a produção da usina, então é necessária a compra de cana dos chamados lavradores (pequenos agricultores) que produzem na própria terra ou em terras arrendadas. Neste contexto, o pequeno agricultor torna-se subordinado às decisões da usina.

Palavras-chave: Pequeno agricultor. Atividade canavieira. Subordinação.

Abstract: The small agricultural property comes suffering some alterations that make with that the peasant searches new alternatives of survival. One of them is the substitution of the cultivos of subsistences for the canavieira activity. This comes in recent years occurring in the Boa Vista town, in the Chapel-SE city. This substitution is relative, therefore the small agriculturists would not obtain to survive only with the sugar cane, exactly that it is the joined option. In the process of sugar cane culture, the small agriculturist if sees almost that obliged to get loans in banks so that they can cultivate it. The sugar cane for if does not only generate capital, therefore it must be processed, that is, benefited for the industry. Many times, the usineiro does not make use of enough amount of sugar cane for the production of the plant, then the purchase of sugar cane of the calls is necessary farmers (small agriculturists) that they produce in the proper land or leasehold lands. In this context, the small agriculturist becomes subordinated the decisions of the plant.

Key-words: Small agriculturist. Canavieira activity. Subordination.

Introdução

A agricultura diversifica-se cada vez mais à medida que as formas de capitalismo avançam nas modificações do meio rural, por exemplo, fazendo com que o camponês desapareça gradativamente do campo.

A apropriação da terra no campo é feita de maneira desigual e contraditória, sendo o capitalismo o agente que manipula as ações. De acordo com a opinião de Oliveira (1987), ao mesmo tempo ela cria ações que favorecem o surgimento de relações não capitalistas, enquanto cria também relações capitalistas de produção. O campesinato é uma das formas que mais sofre modificações. Ele surge e ressurgem de maneiras variadas.

Neste contexto, a atividade canavieira vem tomando um grande espaço, pois, sendo definida como uma atividade agroindustrial em desenvolvimento nas últimas décadas, vem ganhando gradativamente mais destaque no campo devido a crescente ampliação de seu mercado.

Entretanto, esta atividade traz modificações constantes na categoria geográfica denominada território, nesta ocasião, o campo. A pequena propriedade, e até a média propriedade, tendo em vista um aumento na sua renda, estão investindo no cultivo da cana-de-açúcar, de forma que a agricultura de subsistência vem sendo substituída pela mesma, levando o camponês (pequeno proprietário) a transformar-se gradativamente subordinado à indústria canavieira.

Não obstante, no povoado Boa Vista, no município de Capela, Sergipe, este tipo de atividade vem ganhando força nos últimos anos devido, principalmente, à grande campanha do aumento do mercado do álcool.

A partir deste contexto, buscou-se investigar o seguinte problema de pesquisa: “Como a atividade canavieira contribui para a sobrevivência dos camponeses na pequena propriedade agrícola do povoado Boa Vista no município de Capela no estado de Sergipe?” Portanto, pretendeu-se investigar se os pequenos proprietários vêem uma oportunidade de aumentarem sua renda através da atividade canavieira, mesmo que subordinando-se à indústria, ou seja, ao grande produtor e beneficiador da cana-de-açúcar.

É notório que esta interação - pequeno proprietário e indústria - é desigual e faz

com que o camponês aliene-se e torne-se cada vez mais dependente do capital. Assim, com base na pesquisa de campo, respondeu-se às seguintes questões: “Por obter melhor rendimento financeiro, o pequeno proprietário agrícola do povoado Boa Vista no município de Capela/SE, tem substituído os cultivos de subsistência pela cultura da cana-de-açúcar?”; “O cultivo da cana-de-açúcar possibilita melhores rendimentos financeiros aos pequenos agricultores?”; “No processo de comercialização da cana-de-açúcar, o pequeno agricultor subordina-se à indústria canavieira?”; “As iniciativas governamentais contribuem para o aumento da produtividade canavieira na pequena propriedade agrícola do povoado Boa Vista no município de Capela/SE?”; “As técnicas utilizadas pelos pequenos proprietários contribuem para uma melhor produtividade da cana?”; “A Associação dos Fornecedores de Cana do município de Capela, Sergipe, contribui para a melhoria das relações entre o pequeno agricultor fornecedor de cana e a(s) usina(s)?”.

O tema escolhido é de fundamental importância para a sociedade devido ao grande enfoque e influência na vida dos pequenos agricultores do povoado Boa Vista no município de Capela/SE, que estão cada vez mais dependentes da atividade canavieira, assim como de estabelecer - explicar - a relação entre o camponês e o usineiro.

Devido o grande impulso que a cana-de-açúcar obteve nos últimos anos, a sua demanda se torna cada vez maior, contribuindo assim com a substituição parcial da agricultura familiar pela atividade canavieira. Esta atividade que torna, não somente os pequenos proprietários de terras, mas a população que depende dela, em uma monocultura de vida, com o significado de unicidade de opções, ou seja, as pessoas passam a depender economicamente desta atividade, são moldados os seus hábitos, unificando culturalmente o comportamento (FREYRE, 1967).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a atividade canavieira contribui para a sobrevivência da família camponesa na pequena propriedade agrícola do povoado Boa Vista no município de Capela, em Sergipe. Nessa perspectiva, buscou-se também responder os seguintes objetivos específicos: verificar porque o pequeno agricultor do povoado Boa Vista tem substituído os cultivos de subsistência pela cana-de-açúcar; verificar como o pequeno proprietário agrícola subordina-se à indústria canavieira; analisar como as iniciativas governamentais contribuem para o aumento da atividade canavieira na pequena propriedade do povoado; identificar as técnicas agrícolas

utilizadas pelos pequenos agricultores e como contribuem para uma melhor produtividade da cana; verificar como a Associação dos Fornecedores da Cana do município de Capela/SE contribui para a melhoria das relações entre o pequeno produtor e a(s) usina(s).

Tendo como objetivo deste trabalho compreender o problema de pesquisa, primeiramente, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental nos diversos meios de comunicação como livros, periódicos, trabalhos de graduação, *Internet* etc., visando dar subsídios aos pressupostos teóricos da pesquisa. Foi feito, juntamente, um aprofundamento do Referencial Teórico.

Durante a pesquisa bibliográfica, foi aprofundado o estudo da categoria geográfica denominada território que, de acordo com Santos e Silveira (2004, p. 19), “entende-se geralmente por uma extensão apropriada e usada”. De acordo com cada concepção dos autores, fez-se uma comparação entre o passado e o presente, ou seja, antes da atividade canavieira se instalar na pequena propriedade do povoado Boa Vista no município de Capela/SE.

Foi realizada uma pesquisa de campo cujo objetivo foi analisar as condições atuais dos vinte e dois pequenos agricultores que estão substituindo a agricultura de subsistência pela atividade canavieira. Foram realizadas entrevistas com 22 agricultores que residiam no povoado, com perguntas abertas e fechadas, além de uma observação direta e entrevistas não-estruturadas do fenômeno para a obtenção de determinados aspectos da realidade.

A atividade canavieira e seu papel na pequena propriedade

O mundo desenvolve-se cada vez mais à medida que as pesquisas tecnológicas e científicas avançam. Apesar disso, a agricultura ainda representa um papel fundamental a qualquer nação, por mais que esta seja industrializada e tenha atingido estágios de desenvolvimento urbano.

Dada essa importância, alguns autores se destacam no estudo da agricultura e denominam conceitos para a mesma.

Segundo Wright (1975 *apud* DINIZ, 1986, p. 21), a agricultura é um “sistema

bio-econômico cujo fim é o controle da natureza pelo homem”. Ela serve, antes de tudo, para a alimentação humana, seja pelo homem sedentário, pelo pastoreio nômade ou pela agroindústria.

A agricultura torna-se gradativamente uma atividade econômica em que se concentra grandes quantidades de alimentos para países ricos. Ela torna-se lucrativa e com isso perde o seu sentido original, que é o de suprir as necessidades alimentícias do homem. Milhares de toneladas de determinados alimentos são intencionalmente eliminados para evitar a queda dos preços. As grandes lavouras voltadas para exportação - a *plantation* - ocupam extensas terras, causando impactos ambientais e retirando, gradativamente, o camponês da terra. Assim,

[...] há técnicos que afirmam ser indispensável a transformação da agricultura num setor mais produtivo, possibilitando arrancada bem sucedida para o desenvolvimento econômico. Nessas circunstâncias, a contribuição do setor rural deve ser a geração de excedentes de alimentos e matérias-primas, abastecendo as cidades e os centros industriais em expansão, liberando recursos até então usados na importação desses produtos. (DINIZ, 1986, p. 25).

Com o sistema capitalista interferindo no mercado de produção agrário, surgem novas formas de controle, um novo padrão de acumulação. O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista caracteriza-se por apresentar um processo contínuo de industrialização do campo e trazendo consigo, transformações na estrutura socioeconômica e política do campo (OLIVEIRA, 1987, p. 5).

Pode-se citar como alterações provocadas pelo modo de produção capitalista no campo, o processo de extinção do campesinato ou pequeno produtor familiar de subsistência. O pequeno produtor se insere no mercado capitalista e dele torna-se subordinado em decorrência da elevada concorrência frente ao produto proveniente dos latifúndios e agroindústrias.

Na opinião de Oliveira (1991, p. 18), "o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições". Ou seja, ao mesmo tempo ele cria relações capitalistas de produção enquanto favorece o surgimento de relações não-capitalistas de produção.

A transformação dos camponeses em capitalistas dá-se quando estes, através do trabalho familiar, conseguem aumentar sua produção acima do necessário para a sua sobrevivência, acumulam e, conseqüentemente, este acúmulo será destinado ao aumento de suas terras aliando ou não com a contratação de trabalho alheio (OLIVEIRA, 1991,

p. 21).

Partindo do contexto de que o capitalismo entra na agricultura e esta começa a industrializar-se, o que era contraditório no início do seu desenvolvimento - indústria X agricultura - agora existe uma unificação entre ambas que está sendo possível porque

[...] o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria .(OLIVEIRA, 1991, p. 24).

O latifúndio é denominado como sendo grandes extensões de terras, produtivas ou improdutivas. Na opinião de Oliveira (1987, 1991, p. 12, 24), “a terra sob o capitalismo, a renda capitalizada, o capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos bóias frias”.

Historicamente, a agricultura no Brasil desenvolveu-se tardiamente e, segundo Szmrecsanyi (1998, p. 11), “[...] a agricultura brasileira só começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política do país [...]”. Antes disso, a agricultura era arcaica e atendia ao sentido da colonização descrito por Caio Prado Júnior:

no seu conjunto, e vista no plano mundial, [...] a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. (1969, p. 31).

A agricultura brasileira se subordinou inteiramente a este fim, isto é, se organizou e funcionou para produzir e esgotar aqueles gêneros. O elemento fundamental é a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos destacando-se a atividade canavieira que por sua vez ainda hoje é de fundamental importância para a economia do Brasil. Mas esta atividade era muito precária e isso dificultava a competitividade no mercado internacional.

Primeiramente, a lavoura canavieira brasileira utilizava mão-de-obra escrava, o açúcar não era de boa qualidade muito menos rentável; o combustível para o aquecimento era a lenha, o que causava destruição e consumo indiscriminado das matas, pois ainda não se empregavam o bagaço da cana como combustível (PRADO JÚNIOR, 1969).

Com relação à organização da lavoura canavieira:

[...] [tinha] por elemento central o *engenho* [...] que abrange grandes áreas exploradas em parte diretamente pelo proprietário, cedida noutra a **lavradores** que se obrigavam a moer sua produção no engenho do proprietário. [...] O lavrador recebia metade do açúcar produzido por sua cana, e ainda pagava, pelo aluguel da terra que utilizava, uma certa porcentagem. Existiam também os lavradores livres, proprietários das terras que ocupavam, e que faziam moer a cana no engenho que entendiam e recebiam então meação integral. (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 145).

No Nordeste, esta atividade vem desde o início da colonização (como já foi dito) com uma significativa importância e para isso, “concorrendo uma série de fatores, como a localização geográfica, as condições climáticas e edáficas, o sentido da colonização implantada pelos portugueses e, hoje, a tradição”.(ANDRADE, 1994, p. 102).

Com a Proclamação da República, os engenhos foram se transformando em usinas, quase sempre pequenas e mal instaladas. Para isso, as contribuições do governo eram primordiais, pois, emprestavam capitais para o custeio das safras etc.. No início do século XX, o setor açucareiro entra em crise devido à competição com os países insulares tropicais e à produção do açúcar de beterraba na Europa e nos E.U.A.. O controle da produção foi mantido até o início da Segunda Guerra Mundial, que provocou uma desorganização do comércio internacional e interno.

Com as políticas desenvolvidas pelo Programa Nacional do Alcool – o PROÁLCOOL - de 1975 a 1985, houve financiamentos altamente lucrativos para os empresários, que por sua vez, instalaram destilarias anexas às suas usinas. Foi neste período em que as usinas começaram a ocupação dos *tabuleiros costeiros* nos estados do Nordeste (ANDRADE, 1994).

Entretanto,

a expansão dos canaviais nos tabuleiros, com o PROÁLCOOL [Programa Nacional do Alcool], agravou ainda mais os problemas sociais e ecológicos, desorganizando a frágil e pequena produção agrícola de uma área superpovoada e maximizando o problema da poluição dos cursos d'água [...] Acarretou também a proletarianização do trabalhador rural [!], consequência em parte, da expansão dos canaviais por áreas anteriormente ocupadas por “sítios” de moradores e de foreiros [...] (ANDRADE, 1994, p. 113).

Na década de 1990, a economia canavieira nordestina entra em crise devido à pouca oferta do álcool e os empresários do açúcar procuram aplicar capitais em outras áreas açucareiras do país, como na região Sudeste e alguns estados do Centro-oeste (ANDRADE, 1994).

Conforme a atividade agroindustrial iniciada nos primeiros anos da colonização, permitiu-se que houvesse uma divisão de atividades entre os que plantavam a cana - os agricultores - e os que a industrializavam - os usineiros. Sendo assim, houve uma separação econômica entre o plantador de cana, chamado em geral de lavrador, e o industrial, caracterizado como senhor de engenho (ANDRADE, 1994).

A cana por si só não gera capital, pois deve ser processada, ou seja, beneficiada pela indústria. Muitas vezes, o usineiro não dispõe de quantidade suficiente de cana para a produção da usina, então é necessária a compra de cana dos chamados lavradores que produzem na própria terra ou em terras arrendadas, como ocorria desde o período colonial.

Nos dias atuais, as relações entre o usineiro e os lavradores, continuam praticamente as mesmas: “[...] eram quase sempre conflituosas, já que aquele [senhor de engenho] não permitia que os lavradores tivessem acesso ao engenho durante a moagem, não permitiam qualquer fiscalização e ainda entrava em conflito a respeito do período de moagem”. (ANDRADE, 1994, p. 182).

Atualmente, o fornecedor de cana é muito diversificado, ou seja, um grupo social muito heterogêneo, composto de pessoas de classes sociais e de níveis econômicos muito diferentes, como mostra Andrade (1994):

a) os que têm uma produção familiar são pessoas oriundas da classe pobre rural e que aliam a cana aos produtos de subsistência (são considerados também pequenos produtores);

b) os pequenos fornecedores, em geral sitiantes, arrendatários de pequenas glebas, pequenos fazendeiros, que têm uma produção anual pouco expressiva e mantêm uma pequena extensão de terras, arrendadas ou não, onde cultivam a cana;

c) os médios fornecedores, proprietários de fazendas de alguma extensão territorial ou antigos engenhos bangüês e até mesmo profissionais liberais que pretendem complementar a renda com a atividade canavieira, fornecendo uma quantidade expressiva da ordem de 20 a 30 mil toneladas em São Paulo, 5 a 10 mil toneladas no Nordeste e de 2 a 5 mil toneladas no Rio de Janeiro;

d) os grandes fornecedores que produzem mais de 30 mil toneladas anuais no Nordeste e mais de 100 mil em São Paulo, são grande proprietários que não tiveram a oportunidade ou não desejaram implantar usinas e/ou destilarias, podendo ainda, estar a

cana associada à criação de gado e outras lavouras;

e) finalmente, os acionistas de usinas, que são usineiros que participam de empresas de grande capital e, para diversificarem suas atividades, exercem atividades administrativas, são grandes produtores de matéria prima em terras próprias ou da própria empresa.

Os fornecedores de cana-de-açúcar enfrentam divergências com os usineiros, em especial os pequenos proprietários fornecedores que estão subordinados à dinâmica e organização da agroindústria canavieira. De acordo com Müller (1980 p. 83), esta subordinação “mostra-se, no âmbito do aparelho produtivo rural, através da substituição da forma manufactureiro-artesanal em obter os excedentes, nucleada no trabalho vivo, pela forma industrial, embrionária por certo, nucleada no trabalho morto”. Ou seja, a organização tradicional da agricultura é substituída pela organização com bases técnicas em grandes e médias empresas.

Na opinião de Moreira (1999, p. 78), “[...] [essa] subordinação se reflete no fato de que não são mais eles [os pequenos proprietários] que decidem sobre o processo técnico a ser utilizado”. Em outras palavras, como eles não têm condições de pagar pela mecanização da colheita, do plantio e da mão-de-obra, a usina encarrega-se de tudo, entretanto, o valor será abatido para o pequeno fornecedor no final das contas. O pequeno proprietário ficará encarregado apenas de plantar, seja pelo trabalho familiar ou pelo trabalho alheio.

Ainda segundo Moreira,

[...] [os pequenos proprietários] se referem como sendo “obrigados” a executar as tarefas de modo como estão sendo executadas, são obrigados a recorrer ao sistema bancário, a se submeter ao preço da cana, de cuja fixação eles não participam, são “obrigados” a reduzir a produção de alimentos em favor da cana, ao atraso dos pagamentos da cana, bem como a falta de trabalho na propriedade os obriga a se vincular a outros processos produtivos como assalariados. (1999, p. 78).

No panorama sergipano, isto se repete como uma fórmula geral a todas as áreas de atividade canavieira:

na zona canavieira sergipana, a cultura dominante é a cana-de-açúcar, enquanto as outras culturas consideradas como de subsistência ocupam as terras consideradas por ela, ora por suas condições de clima e solo, ora por sua localização geográfica, ou muito raramente, pela opção dos proprietários e até mesmo pela própria determinação do capital. A cana-de-açúcar, cuja importância deriva de condições históricas, sempre foi cultivada nas melhores terras, sendo a maior parte de sua produção destinada à exportação. (ARAÚJO, 1999, p. 87).

O município de Capela

A “rainha dos tabuleiros” – como é chamada -, já foi um dos mais importantes municípios do Estado, considerada como um dos berços da cultura de Sergipe. Esta importância é devida a sua aptidão no cultivo da cana-de-açúcar, pois o município chegou a ter mais de uma centena de engenhos em seu território. Porém, nos últimos anos perdeu este brilhantismo e amarga uma estagnação da sua economia.

O município de Capela surgiu em meados de 1735 quando Luis de Andrade Pacheco e sua mulher Perpétua de Matos Franca, doaram parte de suas terras localizadas no Tabuleiro da Cruz e mais 100 mil réis para que fosse construída uma capela nestas terras, pois assim a família não teria que se deslocar a grande distância que tinham para ir à igreja de Pé do Banco (hoje Siriri). Além disso, o filho do casal era padre e os pais queriam lhe entregar a igreja (CINFORM, 2002).

Em volta da capela foram surgindo as primeiras habitações em terrenos doados por Luis Pacheco. Historiadores acreditam que por volta de 1808, nos arredores da capelinha de Nossa Senhora da Purificação viviam cerca de 4 mil pessoas. Já em 1913, a povoação passou a ser a freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Capela, sendo desmembrada da matriz de Pé de Banco. Com o nascimento populacional e econômico em grande escala, em 19 de fevereiro de 1835 ela foi transformada em vila, sendo desmembrada da de Santo Amaro (CINFORM, 2002)

Capela foi uma vila de grande poder econômico. A cultura da cana, o fabrico do açúcar e o plantio do algodão e da mandioca formavam a maior parte da riqueza (CINFORM, 2002).

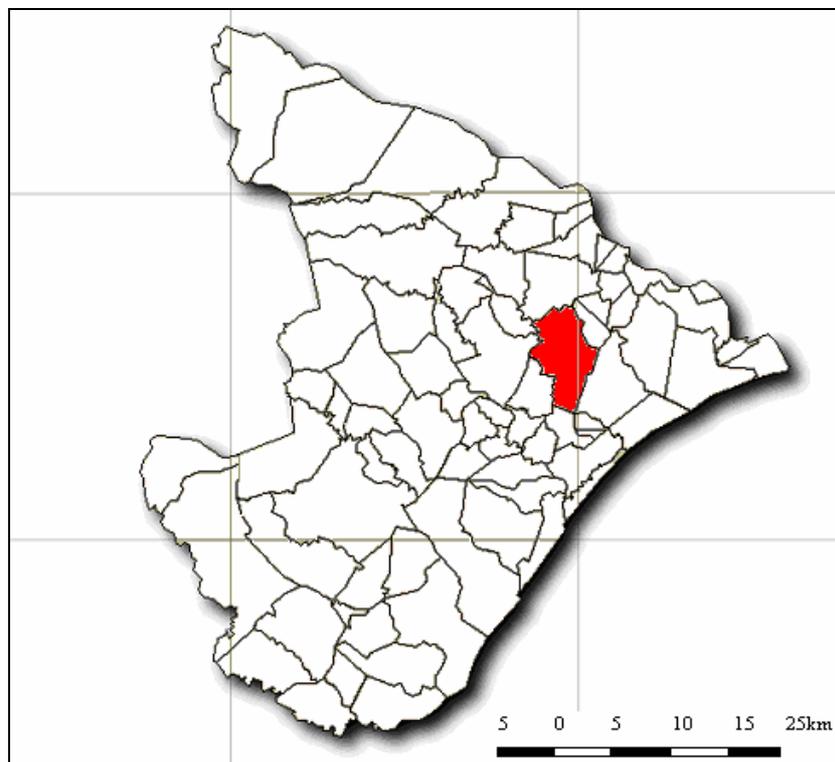
Em 28 de agosto de 1888 o município se torna cidade e passa a ser chamado apenas de Capela.

Na década de 1950, Capela chega a ter uma produção agrícola que ultrapassava os 80 milhões de cruzeiros, sendo que a cana –de- açúcar era o carro-chefe desta economia. As principais usinas eram: a Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras, superando a cifra de 46 bilhões de cruzeiros. Nesta mesma década, em 1950, a população de capela chegava a 20 mil habitantes. Atualmente, a população da cidade é cerca de 30 mil

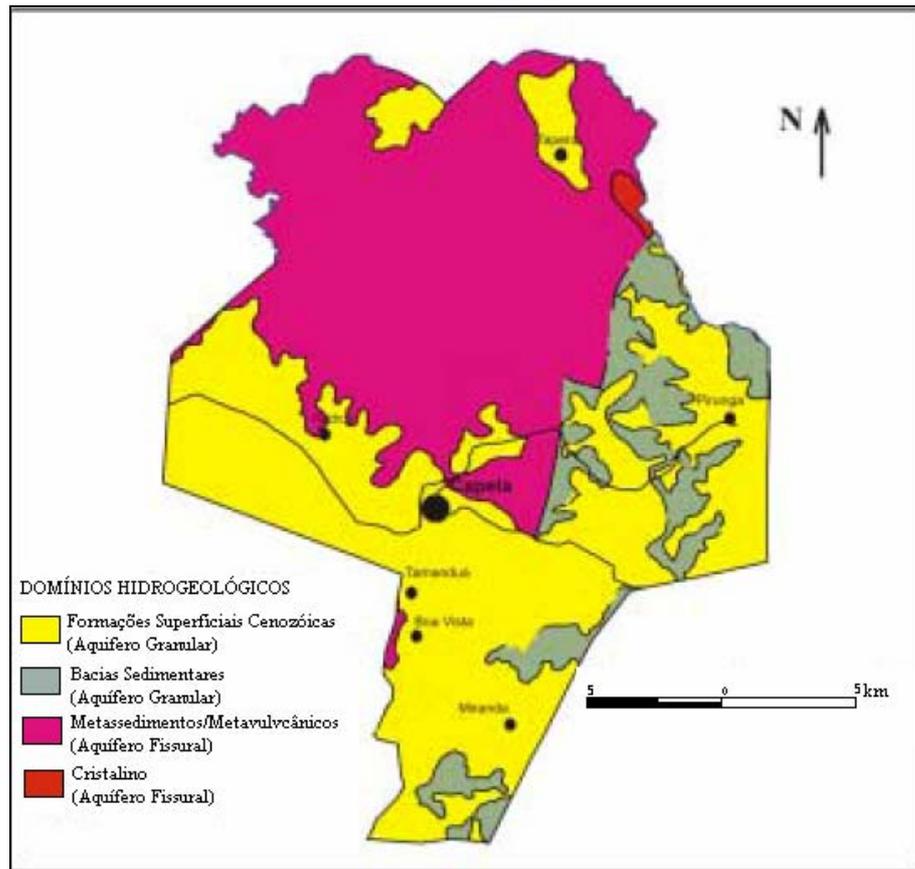
pessoas, de acordo com o censo do IBGE, em 2000 (CINFORM, 2002).

O município de Capela está localizado entre as coordenadas geográficas de 10°30'37" de latitude Sul e 37°03'16" de longitude Oeste, no estado de Sergipe. Faz parte da microrregião Cotinguiba e da mesorregião do Leste Sergipano (Mapa 1). Dista, em relação á capital, 67 km pela rodovia. Sua altitude está em torno de 120 metros e sua área é de 431,9km². Faz divisa com os municípios de Muribeca, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Rosário do Catete, Siriri e Japarutuba (SEPLANTEC, 1997) (Mapa 1).

A vegetação do município é variada, pois está em faixa de transição climática. Ao norte encontra-se a caatinga, aliada a capoeira, que é uma vegetação arbustiva de pequeno porte, a chamada mata secundária. Mais ao sul encontra-se resquícios de Mata Atlântica com intervalos de vegetação típica do cerrado. No mais, quase não existe vegetação original, pois no decorrer da história, houve intenso desmatamento para a ocupação de pastagens e plantações de cana-de-açúcar (SEPLANTEC, 1997) (Mapa 2).



Mapa 1- Localização do município de Capela. Fonte: IBGE, 2004.

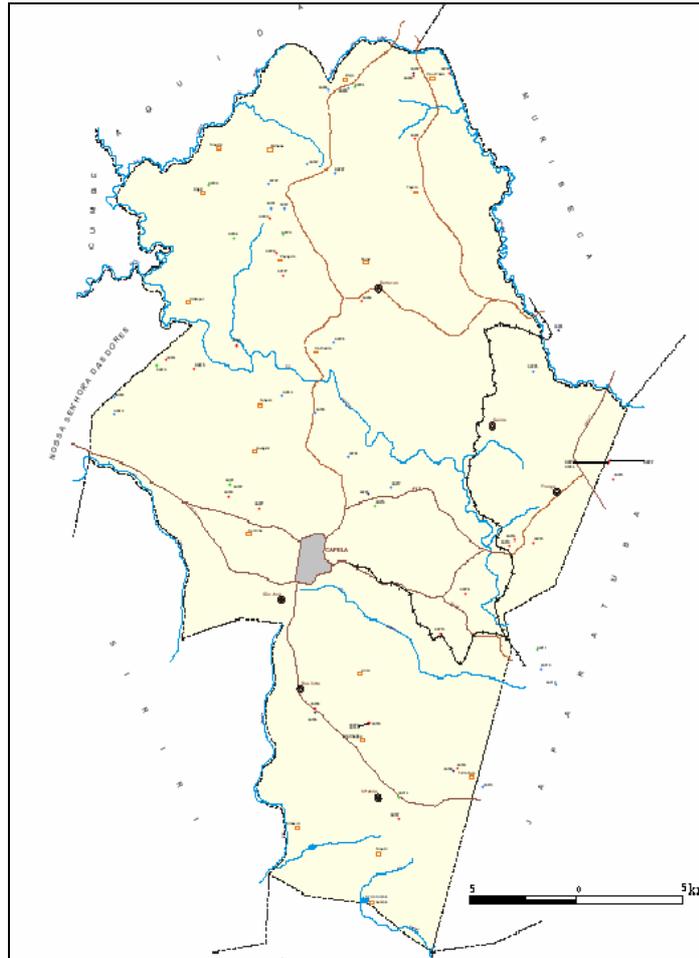


Mapa 2- Unidades Aquíferas de Capela. Fonte: CPRM

A geologia do município é formada por coberturas Fanerozóicas do terciário, cretáceo, jurássico e pelo complexo cristalino do Proterozóico vermelho-amarelo, Latossolos vermelho-amarelado, solos aluviais Eutróficos e Distróficos (SEPLANTEC, 1997).

Apresenta relevos dissecados dos tipos tabular, colinas e cristas, superfícies tabulares erodidas característicos da formação Barreiras. O aprofundamento de drenagem varia de muito fraca a fraca e a extensão máxima de suas formas é de 1780 metros (SEPLANTEC, 1997).

A principal bacia hidrográfica é a do rio Japaratuba e os principais mananciais são o rio Siriri, o rio Lagartixo entre outros (SEPLANTEC, 1997)(Mapa 3).



Mapa 3- Hidrografia do Município de Capela. Fonte: CPRM

Pequeno agricultor e atividade canavieira

A atividade canavieira vem há séculos sendo praticada no Brasil, e nesse tocante, como já foi dito, o Nordeste é pioneiro. Esta região foi marcada, e ainda é, pela agricultura monocultora da cana-de-açúcar sendo esta o carro-chefe da economia local por vários anos.

O estado de Sergipe não se encontra, atualmente, em destaque na atividade canavieira. Tendo em vista o seu pequeno território, possui muito menos espaço propício para o cultivo da cana como ocorre em outros estados nordestinos. Porém, pode-se dizer que o estado está inserido no território dos velhos engenhos e das usinas que cultivam ou cultivavam a cana-de-açúcar.

A atividade canavieira neste município sempre foi destacada no estado de

Sergipe, pois exerceu forte influência na economia devido a sua aptidão para tal cultivo. Capela está localizada na região dos Tabuleiros Costeiros, região esta de grande favorecimento para o cultivo da cana por causa do tipo de relevo aplainado, apresentando clima e solo favoráveis para tal atividade.

Neste contexto, encontra-se o povoado Boa Vista, localizado ao sul da cidade de Capela, e – pode-se dizer – no final da parte aplainada dos Tabuleiros. Isto porque apresenta relevo sinuoso, dissecados e erodidos, ou seja, com várias encostas de morros.

No povoado Boa Vista, no município de Capela, Sergipe, existiam vários engenhos, sendo que atualmente, apenas um permaneceu: a Usina Junco Novo. Ainda é possível observar ruínas de alguns engenhos, porém hoje são fazendas de criação bovina.

Quem planta a cana

Atualmente, os moradores do povoado são pessoas simples que, em sua maioria, trabalham com a agricultura familiar. Nesta população, foram pesquisados 22 pequenos agricultores que cultivavam a cana-de-açúcar e feita uma análise dos dados obtidos.

Nota-se que 86,4% são do sexo masculino, enquanto apenas 13,6% são do sexo feminino (Gráfico 1). Em relação a faixa etária, 59,1% dos proprietários têm 50 anos ou mais e desses, 89,6% são homens e 15,4% são mulheres. Apenas 13,6% estão na faixa etária de 20 a menos de 30 anos (Tabela 1).

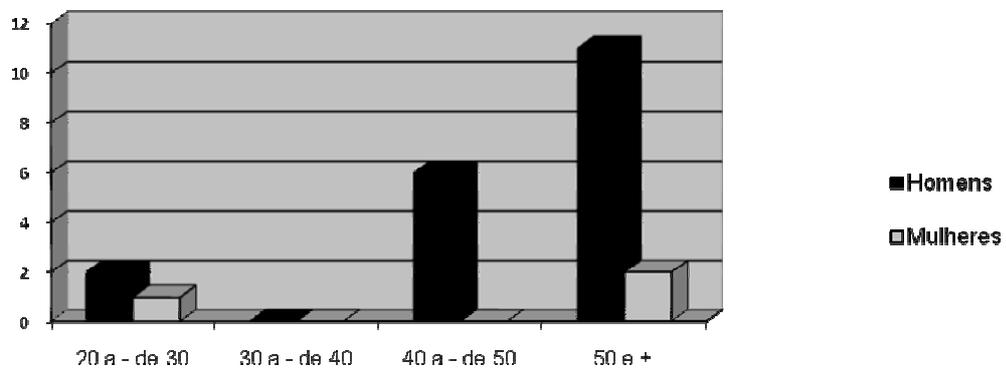


Gráfico 1- Faixa etária por sexo dos pequenos fornecedores de cana do povoado Boa

Vista Fonte: pesquisa de campo. 2006.

Tabela 1-Faixa etária dos pequenos fornecedores de cana do povoado Boa Vista

Faixa Etária (Anos)	Total	
	Nº de indivíduos	%
20 a menos de 30	3	13,6
30 a menos de 40	-	-
40 a menos de 50	6	27,3
50 e mais	13	59,1
Total	22	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Com esses dados, percebeu-se que prevalece a força masculina na atividade e com mais de 50 anos de idade. Um fato curioso é que as mulheres não são proprietárias das terras em que cultivam e sim arrendatárias.

O tamanho da família dos pequenos agricultores é variado, sendo que 59,1% deles possuem de 1 a 4 membros, 31,8% possuem de 5 a 8 membros e apenas 9,1% com 9 ou mais membros (Tabela 2).

Tabela 2- Tamanho da família do pequeno fornecedor e cana do povoado Boa Vista.

Tamanho da família		
Quantidade de pessoas	Número de propriedades	%
1 a 4	13	59,0
5 a 8	5	32,0
10 e mais	2	9,0
Total	22	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Foi possível observar que em 32% dos casos, existe ajuda por parte da família, em geral dos filhos homens e mais velhos, mas também ocorre a ajuda da esposa do pequeno agricultor.

Foi observado que os pequenos agricultores estão há pouco tempo na atividade canavieira. Como a pesquisa mostra, 91% deles estão na atividade a menos de 5 anos e 9,0% estão de 5 a menos de 10 anos (Tabela 3). Isto se deve, segundo entrevista feita ao plantador de cana mais antigo do povoado, por causa do “[...] incentivo que o governo deu para a plantação de cana há algum tempo [...]”.

Tabela 3- Tempo que o pequeno fornecedor de cana do povoado Boa Vista vem cultivando a cana-de-açúcar.

Tempo (anos)	Número	%
Menos de 5	20	91,0
De 5 a menos de 10	2	9,0
Total	22	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Ele completa informando que “Antigamente existia [plantação de cana] mas não era em todas [as propriedades]. Quem tinha um pouquinho de espaço plantava para vender ou dar [como ração] ao gado”.

Outro fato observado, é que 54,5% dos pequenos fornecedores participam de algum tipo de organização. Deste percentual, 55% fazem parte do MST (Movimento dos Sem Terra) e apenas 9% participam da Cooperativa dos Plantadores de cana do município de Capela (Gráficos 2 e 3).

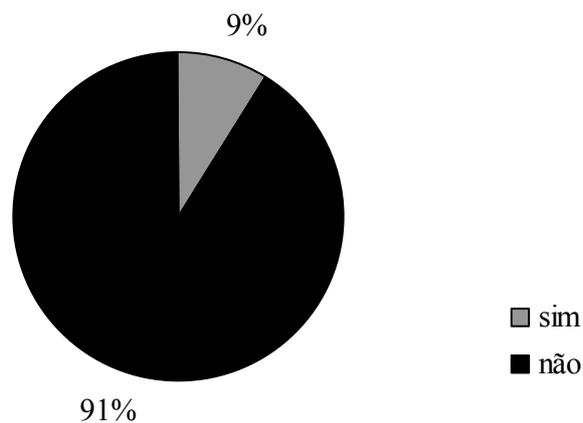


Gráfico 2- Participação dos pequenos fornecedores de cana do povoado Boa Vista na Cooperativa dos fornecedores de cana do município de Capela. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

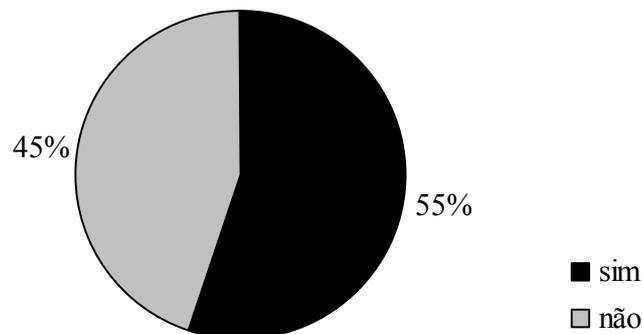


Gráfico 3 – Participação dos pequenos fornecedores de cana do povoado Boa Vista no

Movimento Sem Terra (MST). Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Os agricultores que fazem parte do MST e moram no povoado Boa Vista, têm suas terras numa fazenda desapropriada recentemente e ainda esperam ser assentados definitivamente nesta localidade. Eles cultivam a cana nestas terras aliada à plantação de subsistência, ou somente a cana. Todos afirmam que não recebem nenhum tipo de ajuda por parte destas organizações.

A Cooperativa, segundo os entrevistados, foi fundada no ano de 2005, com o objetivo de proporcionar melhor relacionamento com as usinas, estabelecendo, por exemplo, os preços. Porém, desde sua fundação não participou de nenhum momento das decisões dos plantadores de cana. No povoado Boa Vista, apenas dois agricultores participam da cooperativa.

Segundo a pesquisa, todos os entrevistados informaram que o cultivo da cana-de-açúcar contribui para a sobrevivência da família, porém não é suficiente, pois é preciso ainda exercer outro tipo de atividade: 54,5% dos agricultores trabalham em outras atividades como diaristas, empregados fixos, vendedores em feiras livres, entre outros. 45,5% deles sobrevivem da agricultura ou criação de animais.

O entrevistado comenta que: “A cana dá um bom dinheiro a mais. Mas só no segundo ano de cana plantada. [Isso] porque no primeiro [ano] é só para tirar o que agente gastou para plantar. No segundo [ano] em diante o lucro é bem maior. Tem gente que gasta o dinheiro mais rápido [...]. Aqui mesmo [no povoado Boa Vista] algumas pessoas [agricultores] estão andando de carro ou de moto por causa da cana”.

Do total dos pequenos agricultores pesquisados, 36,4% são proprietários das terras, 13,7% são arrendatários, 45,5% são ocupantes (participam do MST), porém ainda residem no povoado (Tabela 4).

Tabela 4 – Condição do pequeno fornecedor de cana em relação à sua propriedade.

Condição do produtor	Nº de estabelecimentos	%
Proprietário	8	36,4
Arrendatário	3	13,7
Posseiro	10	45,5
Outros	1	4,4
Total	22	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Condições da atividade canavieira na pequena propriedade

Na pesquisa, foi observado que a maioria das áreas da propriedade destinadas ao cultivo da cana são muito pequenas: o tamanho médio das propriedades é de aproximadamente 11,42 hectares.

O tamanho dessas áreas está distribuído de forma quase homogênea: 27,3% das terras destinadas à cana têm menos de 1 hectare, 32,0% têm de 1 a menos de 2 hectares, 36,4% possuem de 2 a menos de 3 hectares e apenas 4,3% das propriedades possuem 3 ou mais hectares. (Tabela 5). A maior propriedade do povoado em plantação de cana tem 150 tarefas, ou seja, 42,8 hectares, porém está dividida em vários lotes em lugares alternados. Neste caso, o proprietário arrenda terras de outros. Este arrendamento é feito da seguinte maneira: o agricultor que pretende plantar a cana arrenda uma determinada terra e o pagamento será feito na colheita, ou seja, a produção é dividida em uma proporção estabelecida. Além disso, o arrendamento é feito por um prazo de mais ou menos de 5 anos.

Hectares	Número de propriedades	%
Menos de 1	6	27,3
De 1 a menos de 2	7	32,0
De 2 a menos de 3	8	36,4
De 3 e mais	1	4,3
Total	22	100,0

Tabela 5- Tamanho da propriedade destinada à plantação de cana. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

De acordo com os agricultores, 50% deles obtiveram empréstimos em bancos pelos programas de incentivo ao cultivo da cana ou pelo Pronaf - Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar. Também, 77,3% deles afirmam que há ajuda por parte do governo (Gráfico 4). A prefeitura municipal de Capela cede um trator para o preparo da terra à alguns agricultores mas isso não ocorre constantemente.

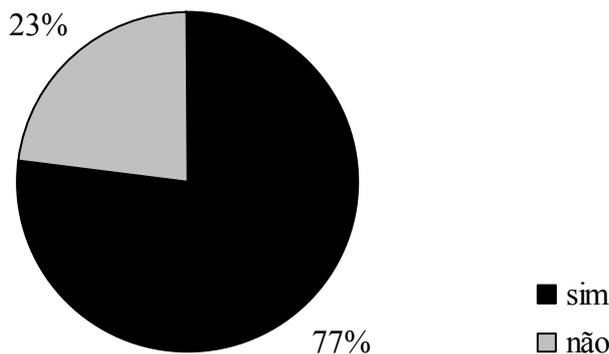


Gráfico 4- Incentivo por parte do Governo para o cultivo da cana. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Assim, com o intuito de assegurar a participação dos pequenos produtores na atividade canavieira, tem havido um recente avanço dos programas de crédito rural especialmente voltado para a cana, em alguns bancos como o do Brasil e o do Nordeste.

A distribuição do crédito rural tem sido, na última década, favorecida aos médios e grandes agricultores:

ao longo dos anos 80, pequenos produtores contaram com condições especiais de financiamento. Enquanto os grandes tinham como limite financeiro 50% do VBC [valor básico de crédito] e pagavam taxas de juros com correção monetária plena, os pequenos podiam financiar 100% do VBC e em muitos casos a correção monetária era parcial. Apesar disso, a distribuição do crédito continuou desigual. Em 1990, os pequenos produtores receberam 22% do total [...], os grandes aproximadamente 34% em 1996 [...], sua participação [pequenos proprietários] havia caído para 18%. (BNAINAIN; SOUSA FILHO, 2001, p. 368).

O capital do empréstimo é aplicado na utilização de máquinas para o preparo da terra, para insumos agrícolas e o pagamento de trabalhadores para o plantio e cultivo da cana.

Sobre isso, a pesquisa mostra que 82% dos agricultores empregam mão-de-obra assalariada, ou melhor, a mão-de-obra dos chamados “diaristas”. (Gráfico 5). Em relação à utilização de fertilizantes químicos, 70% dos agricultores usam adubos químicos na lavoura (Gráfico 6). Foi observado também que todos os agricultores utilizam trator, associado a máquinas rudimentares como enxada e arado e informaram que obtém uma boa produção, pois a falta de manutenção da lavoura prejudica a boa produção. Ao contrário disso, 82% deles não utilizam agrotóxicos na lavoura e apenas 18% utilizam (Gráfico 7).

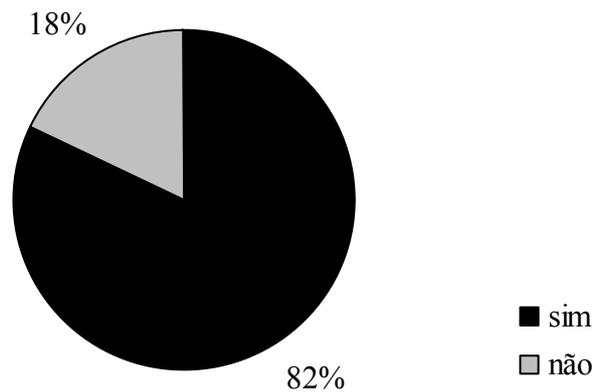


Gráfico 5- Utilização de mão-de-obra assalariada pelos pequenos fornecedores de cana do povoado Boa Vista. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

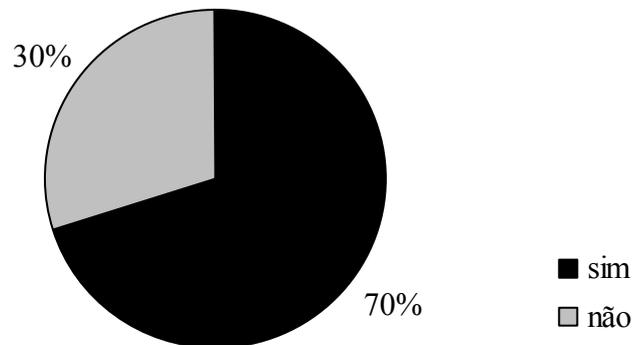


Gráfico 6- Utilização de fertilizantes para a adubação da cana. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

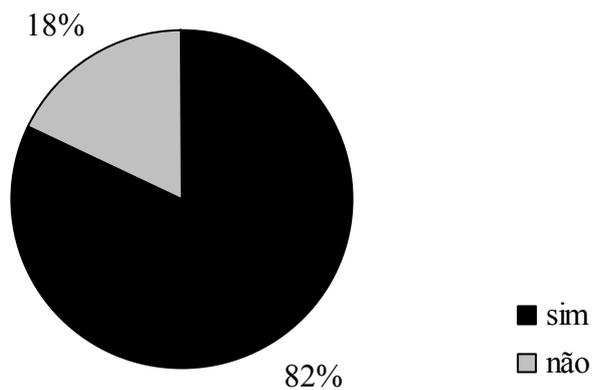


Gráfico 7 – Utilização de Agrotóxicos pelos pequenos fornecedores de cana do povoado Boa Vista. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Na entrevista feita ao plantador de cana mais antigo do povoado Boa Vista, no município de Capela/SE, foi questionado quais eram os prejuízos que o pequeno agricultor encontra na atividade canavieira e, segundo ele: “Os principais prejuízos são

as pragas e a falta ou excesso de chuva”. Sobre a produção de cana, o entrevistado diz que: “[...] a cana vai enfraquecendo [perde a qualidade] e a pessoa tem que investir nela por que só esta boa por mais ou menos quatro anos. Depois disso, tem que plantar tudo novamente”.

Os pequenos agricultores fornecem a cana para a usina Junco Novo, que situa-se no próprio povoado, o que facilita nas relações comerciais entre ambos. Esta usina é responsável por grande parte da colheita de cana da região sul do município, além de outras regiões. Atualmente, a Usina Junco Novo fabrica a cachaça, vinagre, molho de pimenta e álcool.

Os pequenos agricultores do povoado informaram que a relação entre ambos – usina e agricultor – é satisfatória. Porém, existe certo receio por parte dos agricultores, pois estes, sem ter outra opção, são quase que obrigados a fornecer a cana para a Usina Junco Novo.

Existem acordos entre ambos como, por exemplo, no uso dos tratores da usina para o preparo da terra. Assim, no final da safra, a usina faz um abatimento do que deveria pagar ao agricultor pelo uso de tais máquinas.

Segundo os agricultores, o preço de uma tonelada de cana no ano de 2005 esteve entre R\$ 28,00 a R\$ 30,00. Esse preço é estabelecido pela usina, seguindo o preço do mercado.

Os agricultores reclamam que a pesagem da cana é feita na própria usina, sem um conhecimento por parte deles. Isto é, o agricultor não tem controle de quantas toneladas realmente estava pesando a sua produção. Eles recebem apenas um recibo especificando o peso da carga, o horário e a data em que o caminhão chegou à balança da usina.

É importante ressaltar que a usina vai dar os limites de uma captação de excedentes, ou seja, ela tem que comprar a cana de fornecedores, tanto pequenos quanto grandes. No caso da Usina Junco Novo, encontra-se numa situação limitada de terras, de certo modo, e por isso, a maior parte de sua produção é proveniente dos fornecedores.

A respeito da substituição dos cultivos de subsistência pelo cultivo da cana, todos os que fazem parte desta atividade fizeram-na, ou seja, 72,7% dos agricultores estão substituindo a agricultura de subsistência pelo cultivo da cana. Os demais, ou seja, 27,3% estão cultivando somente a cana ou possuem criação de gado.

Segundo os informantes, a cana-de-açúcar está sendo um negócio alternativo e

que não há, por parte de alguns agricultores, possibilidade de substituir completamente os cultivos de subsistência pela cana. Eles afirmam que ainda é preciso cultivar a mandioca, o milho e o feijão para que possam sobreviver na época de entressafra.

Considerações Finais

É notório que, atualmente, a atividade canavieira tem importância fundamental no processo de sobrevivência do pequeno agricultor do povoado Boa Vista no município de Capela devido o aumento da sua demanda.

A contribuição que o governo tem dado a atividade canavieira vem fazendo com que os pequenos agricultores venham a substituir os cultivos de subsistência por esta atividade monocultora.

Foi possível observar com a pesquisa que esse processo de substituição é relativamente parcial, pois os agricultores não dispõem de recursos tanto financeiros quanto de terras para o cultivo.

Esta atividade necessita inicialmente de um investimento que, na maioria dos casos, o agricultor não dispõe. Esse fato o leva a obter empréstimos em bancos, cedidos, principalmente, para o fortalecimento da agricultura familiar – no caso, o Pronaf – ou voltado ao plantio da cana.

Por obter melhor rendimento financeiro, o pequeno proprietário agrícola do povoado Boa Vista tem substituído os cultivos de subsistência pela cultura da cana-de-açúcar. Esse fato é devido a falta de incentivo à produção familiar. Eles não têm acesso às informações técnicas necessárias para obterem melhor produtividade na lavoura então, associam a esta forma agrícola o cultivo de cana.

Outro fator importante neste contexto é o incentivo que o governo vem dando nos últimos anos. Atualmente, com as novas expectativas de exportação do álcool para países que necessitam de um excedente de álcool e dos automóveis bicompostíveis – que podem ser abastecidos tanto com álcool como gasolina – os pequenos agricultores vêm uma nova alternativa.

Porém, esta atividade está ligada a fatores que nem sempre são de bons resultados. Um destes é a subordinação que os pequenos agricultores sofrem pela

indústria canavieira, obrigados a fornecerem a sua pequena produção de cana à preços baixos e que nem sempre são confiáveis.

Ainda existe o fato de que os pequenos agricultores necessitam obter empréstimos para que consigam plantar e manter a cana. Mas do que isso, é necessário aplicar capital no preparo da terra, utilizando máquinas a preços elevados. Isto se deve ao fato de que eles necessitam acompanhar o ritmo de produção e colheita em que a usina estabelece.

A indústria canavieira, por sua vez, ficará encarregada da captação dos excedentes, ou seja, primeiramente ela empregará a sua produção e mais tarde, comprará a produção de outros fornecedores, incluindo os pequenos agricultores.

É importante ressaltar que, com esta pesquisa, respondeu-se de forma clara o objetivo de analisar como a atividade canavieira contribui para a sobrevivência da pequena propriedade agrícola do povoado Boa Vista, no município de Capela-SE, além de responder também os objetivos específicos citados anteriormente.

Partindo desta idéia, observou-se que a atividade canavieira não se torna, ou tornou, uma solução dos problemas enfrentados na pequena propriedade agrícola do povoado Boa Vista, mas sim uma alternativa – com seus prós e contras – que vem se destacando no povoado citado.

A atividade canavieira em pequena escala, ou seja, na pequena propriedade, torna-se uma atividade em que o pequeno agricultor recebe um capital em que não conseguira obter com a produção de subsistência, porém, existem armadilhas neste processo.

Se o pequeno agricultor obtém empréstimo, conseqüentemente, ele correrá riscos elevados, pois se ocorrer uma determinada falha (praga, preço baixo ou falta/excesso de chuva), sua produção cairá, o que o deixará endividado.

Por isso, muitos dos entrevistados alegam que não poderiam se desfazer da roça, ou seja, dos cultivos de subsistência.

A pesquisa, além de responder seus objetivos, dá novos caminhos para pesquisas posteriores, pois além dos fatos observados, surgirão novas questões tão importantes quanto as apresentadas nela.

É notório que a população pesquisada foi pequena, mas representa a realidade de uma localidade perante a luta do camponês pela sua sobrevivência. Representa ainda, a conseqüência de uma atividade tipicamente monocultora, que torna, não somente os

pequenos agricultores, mas também a população que dela depende. Isto porque tem um significado de unicidade de opções, ou seja, as pessoas passam a depender economicamente desta atividade, são moldados os seus hábitos, unificando culturalmente o comportamento (FREYRE, 1967).

Referências

ANDRADE, Manuel Correa de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.

ARAÚJO, Hélio Mário de. Da agricultura de subsistência: trabalho familiar de pequenos produtores rurais na zona canavieira Sergipana. **Geonordeste**, São Cristóvão, n. 1, p. 71-102, 1999.

BNAINAIN, Antonio Márcio; SOUSA FILHO, Hildo Meireles. Política agrícola na Brasil: evolução e principais instrumentos. GEPAI – Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 368-377.v.2

CINFORM. **História dos municípios**. Aracaju, 2002. p. 50-51.

DINIZ, José Alexandre F. **Geografia da agricultura**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 164p.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Olimpio Editora, 1967.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Manad, 1999. 204p.

MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. 390 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 167-184.

SEPLANTEC. **Perfis municipais**. Aracaju, 1997.

SZMRECSÁNY, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.